Coimbra como território

Autor(es): Rossa, Walter

Publicado por: Editorial do Departamento de Arquitectura

URL persistente: [URI:http://hdl.handle.net/10316.2/37493](http://hdl.handle.net/10316.2/37493)

DOI: [DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168_6.7-1_1](http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168_6.7-1_1)

Accessed : 26-Apr-2023 00:21:58

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

INSERÇÕES

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENHO URBANO

PT António Belém Lima

PT José Gigante

ISR Peter Keinan

ES Eduard Bru

PT Manuel Graça Dias + Egas José Vieira

BR MMBB

PT Eduardo Souto Moura

ES Emilio Tuñón + Luis Mansilla

PT Alexandre Alves Costa + Sérgio Fernandez

PT Manuel Mateus + Francisco Mateus

(COIMBRA COMO TERRITÓRIO)

Walter Rossa

(PROJECTOS URBANOS EM COIMBRA)

José António Bandeirinha

(METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE)

Gonçalo Byrne, José António Bandeirinha, Nuno Grande, Rui Lobo, Armando Rabaça

(SOBRE UM ELÉCTRICO RÁPIDO)

Paulo Bebiano Correia

em cima do JOELHO

ecdj.6.7

Topografia da Zona Central

NOTAS PARA UMA LEITURADA DA FORMAÇÃO URBANÍSTICA

No sentido mais abrangente do termo, o território é um dos elementos mais integrados de qualquer manifestação humana. É-o ao ponto de disso raramente termos consciência, ignorando a sua relevância para a formação, desenvolvimento e vivência do ambiente natural do homem civilizado: a cidade.

Por regra, provém do território a maior perturbação aos desígnios de ordem com os quais é comum o homem pretender organizar o seu espaço. São casos como o de Coimbra que melhor nos recordam e fazem entender essa realidade.

No contexto Ibérico, o sítio de Coimbra — cartograficamente assinalado com um caprichoso meandro do rio Mondego — é um nódulo de importância nevrálgica entre o norte e o sul, o interior e o litoral. Já ao nível do território de transição entre o Baixo e o Alto Mondego, especificidades da colina que hoje designamos por Alta ou Almedina ditaram um precoce despontar do aglomerado que, desde logo, o processo da romanização desenvolveu como cidade. Eram elas as características defensivas naturais, o domínio do Mondego e dos vales nele concorrentes, a exposição ao rio pelos quadrantes mais favoráveis em termos solares, o fácil acesso fluvial ao mar e ao interior, os recursos aquíferos do subsolo, etc.

Território

é um dos elementos mais integrados de qualquer manifestação humana

Porém tudo isso concorreria para que, já em pleno segundo milénio da nossa Era, a cidade, liberta de incessantes contingências defensivas, viesse a encontrar dificuldades na sua expansão, pois na adjacência da colina não havia posições topograficamente favoráveis para tal. Até há menos de um século a mancha urbana atingir o Calhabé, Coimbra teve como estigma desenvolver-se apenas sobre colinas e vales. Mas esse espraiar da cidade só ocorreu após a extinção das ordens religiosas (1834), cujas cercas comprimiram durante séculos a cidade entre a colina fundacional e o Mondego, desenvolvendo-se nos interstícios os principais eixos da futura expansão.

Hoje estável e controlado, o rio foi até há pouco menos de dois séculos um rebelde elemento de perturbação do quotidiano e desenvolvimento urbanos de Coimbra. Correndo sobre um leito cujo perfil ainda se não encontrava estabilizado, através de consecutivas, torrentosas e, por vezes, trágicas cheias, o Mondego auto-produziu esse incontornável equilíbrio, condicionando durante séculos — em especial durante a Idade Moderna — todo desenvolvimento urbanístico da Baixa da cidade e, por reflexo, o da própria Alta. Em média, a cota do seu leito subiu até então 8 centímetros por década, destruindo e/ou açoreando diversos conjuntos edificadas ao longo do vale durante a Idade Média e, claro, a ponte.

Para além da mais comum animação topográfica do suporte, Coimbra teve, pois, de se desenvolver no convívio com a respectiva, mais rara e forte dinâmica de transformação. Sabemos, por exemplo, que é a cerca de uma dezena de metros de profundidade que sob o Largo da Portagem jaz o pavimento do acesso à ponte primitiva, sucedendo algo de similar com os pilares das arcarias do piso térreo do antigo Paço dos Condes de Cantanhede na Baixa.

Mas a influência da plasticidade global do suporte territorial na evolução morfológica da cidade torna-se peculiarmente relevante se melhor nos focarmos sobre a própria colina, fazendo um esforço para dela retirar a incessante intervenção humana. Tem ela uma forma algo em ferradura aberta a poente. No seu eixo desenvolve-se uma depressão que prolonga, em negativo, o ponto de maior acessibilidade ao topo — um pequeno festo intermédio que se estendia para nascente.

Foi no ponto de transição entre esses festo e depressão, verdadeiro centro de gravidade de toda a elevação, que o processo de romanização produziu o primeiro centro da cidade. O fórum de Coimbra — aliás *Æminium* até à posterior mudança do bispo de Conímbriga precisamente para aquele conjunto edificado — impunha-se monumentalmente sobre a encosta e o Mondego, dele se desfrutando de uma visão majestosa — efeitos paisagísticos dos quais, face ao posterior desenvolvimento volumétrico da envolvente, hoje não temos mais do que uma pálida reminiscência.

Continuando, inevitavelmente, a acentuar as principais características topográficas da colina, na dualidade habitante-invasor acabou por se erguer uma estrutura palatina sobre o extremo mais proeminente da virtual ferradura, erguendo também um perímetro muralhado que, de uma forma geral, reforçou a linha definida pela intersecção entre as encostas de declives praticáveis e impossíveis, mas também salvaguardou o acesso seguro ao rio. Protegendo a retaguarda e, simultaneamente, o acesso mais fácil ao topo, desenvolveu-se também um castelo, o qual, em articulação com o palácio, clarificou o desenvolvimento daquele que ainda hoje é o principal eixo viário da Alta, a Rua Larga. Curiosamente, o sítio mais elevado da colina — situado a nordeste e, assim, mal exposto e no ponto mais distante do rio — permaneceu sem qualquer elemento edificado de destaque até à implantação definitiva da Universidade.

Em baixo, ao longo do Vale da Ribela pelo qual hoje se faz a principal articulação viária entre a Baixa e a Alta, instalava-se então uma das mais determinantes instituições da cidade, o Mosteiro (Agostinho) de Santa Cruz, o qual cedo alargou a sua hegemonia fundiária bem para além dos limites dessa facha de cintura a norte e nordeste da colina. Impedindo o desenvolvimento da urbe vale acima, o mosteiro cedo promoveu uma característica operação de urbanização no espaço compreendido entre si e o rio, um primitivo núcleo rural em torno da primitiva Igreja de Santa Justa e a extensão em baixa da cidade Alta, não sem prover na criação do espaço intermédio que hoje é um dos principais pólos de centralidade da cidade, a Praça 8 de Maio.

o corolário do desenvolvimento urbanístico medieval deu-se um pouco antes com a instalação

Com efeito, já então Coimbra se balanceava completamente sobre o rio. O centro desceu, primeiro, do fórum romano para a zona onde então se renovou a catedral e, de imediato, sobre o abrupto declive que dali vai até à Baixa — o Quebra Costas. Quase em simultâneo, rapidamente se desenvolveu como importante pólo comercial a rua que da portagem da ponte e em baixo corre junto à muralha.

Paradoxalmente, a porta da muralha que franqueia o acesso entre ambas as zonas da cidade — a Porta de Almedina e o correspondente recinto da barbacã — acabaram por durante algum tempo se constituírem em referências de centralidade.

Essa dinâmica acabou por conduzir, já no século XV, à cristalização em praça de um campo residual (um rossió!) situado na plataforma inferior imediata — a (hoje) Praça Velha. Dela irradia a malha urbana de morfologia orgânica da Baixa. Porém, o corolário do desenvolvimento urbanístico medieval deu-se um pouco antes com a instalação das ordens mendicantes junto às principais saídas da cidade — Dominicanos a norte e Franciscanos a Sul, mas já na outra margem do rio. Coimbra medieval estava delimitada.

- Na transição entre as idades Média e Moderna, o centro de Coimbra deslocara-se, pois, para a Baixa — a estreita facha compreendida entre a colina e o rio, cujo processo de assoreamento entrava então no período mais evasivo e destruidor. Com excepção para as vertentes mais expostas ao rio, a Alta despovoara-se, não sem que sucessivos monarcas se tivessem empenhado em contrariá-lo. Tratava-se, convém referi-lo, de um processo comum a muitas outras cidades cujo núcleo funcional se desenvolvera sobre uma elevação. O espaço escasseava, mas a população também.

Com um programa específico e um empenhamento mais directo que na generalidade dos processos de renovação urbanística de cidades e vilas do reino promovidos ao longo do seu reinado, D. Manuel I interessou-se por Coimbra. As intervenções pontuais de renovação de alguns conjuntos monumentais — como o Paço e o Mosteiro de Santa Cruz (que então decididamente se abre para o recinto urbano a poente) —, as frustes obras de normalização e contenção das margens do Mondego e a inserção de novos equipamentos — como o Hospital Real na Praça —, não lograram inverter o processo de decadência.

Seria a instalação definitiva da Universidade, empreendida em 1537, a determinar o rumo do desenvolvimento urbano e urbanístico da cidade. Com efeito, de um áureo período de capitalidade no contexto da fundação da nacionalidade e da formação do actual território português, desde a segunda metade do século XIII que a cidade entrara num processo de decadência, em especial se como referente tivermos, não só o seu passado imediato, mas também o desenvolvimento registado por outras.

Em cerca de duas décadas a cidade viu multiplicar por cerca de sete o número dos seus habitantes, o que nos dá uma boa ideia do impacto urbano que a medida teve e a pressão que exerceu sobre o seu espaço. Note-se, por exemplo, que o modelo colegial seguido implicou a consubstanciação de alguns desses edifícios como estruturas quase conventuais que, em casos como o de S. Bento, acentuaram o efeito de tamponamento do crescimento urbanístico. A cidade densificou-se, complexizou-se e (re)consolidou-se.

EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA DE COIMBRA DE ACORDO COM OS ELEMENTOS JÁ RECONHECIDOS

Nota

As ilustrações deste artigo foram obtidas junto da Cartografia Digital da Evolução Urbanística de Coimbra, projecto em desenvolvimento no Cearq sob coordenação do autor deste texto, execuções de Sandra Pinto e colaboração de investigadores múltiplos.

das ordens mendicantes junto às principais saídas da cidade — Dominicanos a norte e Franciscanos a Sul

Com efeito, já então Coimbra se balanceava completamente sobre o rio. O centro desceu, primeiro, do fórum romano para a zona onde então se renovou a catedral e, de imediato, sobre o abrupto declive que dali vai até à Baixa — o Quebra Costas. Quase em simultâneo, rapidamente se desenvolveu como importante pólo comercial a rua que da portagem da ponte e em baixo corre junto à muralha.

Paradoxalmente, a porta da muralha que franqueia o acesso entre ambas as zonas da cidade — a Porta de Almedina e o correspondente recinto da barbacã — acabaram por durante algum tempo se constituírem em referências de centralidade.

Essa dinâmica acabou por conduzir, já no século XV, à cristalização em praça de um campo residual (um rossio!) situado na plataforma inferior imediata — a (hoje) Praça Velha. Dela irradia a malha urbana de morfologia orgânica da Baixa. Porém, o corolário do desenvolvimento urbanístico medievo deu-se um pouco antes com a instalação das ordens mendicantes junto às principais saídas da cidade — Dominicanos a norte e Franciscanos a Sul, mas já na outra margem do rio. Coimbra medieval estava delimitada.

Na transição entre as idades Média e Moderna, o centro de Coimbra deslocara-se, pois, para a Baixa — a estreita facha compreendida entre a colina e o rio, cujo processo de assoreamento entrava então no período mais evasivo e destruidor. Com exceção para as vertentes mais expostas ao rio, a Alta despovoara-se, não sem que sucessivos monarcas se tivessem empenhado em contrariá-lo. Tratava-se, convém referi-lo, de um processo comum a muitas outras cidades cujo núcleo funcional se desenvolvera sobre uma elevação. O espaço escasseava, mas a população também.

Reinstaurada a capitalidade coimbrã no contexto nacional — desta feita enquanto capital cultural — logo em Seiscentos se registou um significativo processo de renovação das estruturas conventuais, o qual acarretou o desenvolvimento da vocação urbana de núcleos como Santa Clara, Eira de Patas, Celas e também Santo António dos Olivais. Muito sob a tutela e a vigilância do Mosteiro de Santa Cruz, a pressão imobiliária acabou por também levar à lenta sedimentação em edificado da encosta de Montarroio. Esses viriam a ser os principais eixos e manchas de desenvolvimento da cidade tardo-oitocentista. Foram alguns os processos e as ações de reforma urbana antecedentes. Contudo, nenhum deles, nem mesmo a muito incompleta Reforma Pombalina, alterou matricialmente a morfologia e o modelo de ocupação e estruturação central do desenvolvimento urbanístico.

Mas aquele elenco de pólos prévios de desenvolvimento só fica completo quando lhes juntamos os domínios do extinto Mosteiro de Santa Cruz no Vale da Ribela, nos quais, aliás e sob o signo de uma avenida/boulevard — que, peculiarmente, não irrompeu, mas se cerziu no edificado — ocorreu a catalização e programação desse surto de desenvolvimento urbano que logo alastrou encostas acima. Assim se promoveu a fusão de todos esses núcleos dispersos e do núcleo central consolidado numa mancha urbana contínua. A tal impulso não foi de todo alheio o processo de desenvolvimento liberal da Universidade a partir das décadas de 1860-70, nomeadamente em tudo o que diz respeito às valências de ensino e prestação de cuidados de saúde — o que acabou por conferir a Coimbra uma sub-identidade de cidade (que já era) dos doutores.

Séculos VII-XI

Século XII

Séculos XIII

Muito importantes foram também as obras e regularização das margens do Mondego imediatamente após a estabilização do seu leito na primeira metade de Oitocentos, pois com elas se alterou consideravelmente a relação entre a cidade e o rio, bem como surgiu uma área de aterro que permitiu, na margem da cidade, a implantação do caminho de ferro, de uma importante facha de indústria e de um parque/jardim urbano, também ele composto segundo uma avenida/boulevard, a Emídio Navarro. Aliás, seguindo-se a tendência do tempo estruturaram-se na periferia da cidade algumas outras manchas verdes para o lazer público.

Na margem esquerda, já só em pleno vigência do Estado Novo surgiram outras estruturas lúdicas, como os equipamentos desportivos da Universidade e o parque temático Portugal dos Pequenitos. Pela mesma época abriu-se, para além e sobre a primitiva marginal norte — a Rua da Madalena já então interiorizada pelo aterro das indústrias —, a Avenida Fernão de Magalhães. Estavam urbanizadas e definidas as acessibilidades sobre as estabilizadas margens do Mondego.

A cidade manteve até meados de Oitocentos a quinzena de milhar de habitantes, medianamente estabilizada algumas décadas depois da instalação definitiva da Universidade, mas na viragem entre os séculos XIX e XX esse número crescera para 25.000 e em 1930 já atingia os 40.000. De facto, e finalmente, a cidade espalhava-se em todos os sentidos, para o interior e para lá do rio. Iniciada em 1941, a Reforma do Estado Novo, tal como a Pombalina, não surtiu especiais efeitos na estruturação do todo urbano, pese embora o forte impacto na paisagem interna e externa da Alta Universitária e o esvaziamento produzido e ainda largamente por cicatrizar. Mas simultaneamente lançava-se a primeira iniciativa para o estudo e planeamento global do território da cidade, o habitualmente designado Plano de De Groër (embora fosse um ante-plano), aprovado em 1945.

Como quase sempre, aquela proposta — que tinha como base a estruturação de Coimbra segundo os princípios da cidade jardim, rodeada de cinco aldeias-satélite desenvolvidas a partir de núcleos preexistentes — foi rapidamente inviabilizada, ainda que dela tenham e sido lançadas no terreno e permanecido nos planos seguintes algumas das suas propostas sectoriais mais determinantes, nomeadamente na zona do Calhabé-Solum-Norton de Matos. Implantada à ilharga de um generoso conjunto de equipamentos e espaços públicos, a Solum resulta de uma iniciativa privada (loteamento) empreendida a partir da década de 1960, cuja matriz seguiu de perto os princípios estabelecidos pela Carta de Atenas.

Para os sectores mais antigos, De Groër propôs a realização de uma grande intervenção sobre a Baixa (como acima se referiu, a Alta estava a ser intervencionada por um processo à parte), a qual teria como pedra de toque o prolongamento da avenida anteriormente lançada sobre o Vale da Ribela até ao rio. Essa operação retomava, já então anacrónicamente e com inconsciência cultural, um tipo de intervenção urbana caracterizada pelo esvaziamento do tecido histórico consolidado. Mas a verdade é que o processo foi iniciado e reiterado por todos os planos posteriores, estando-se agora à beira da sua definitiva consagração no contexto da construção das linhas do metro de superfície. É uma opção desnecessária, contra-natura, fora de época e com maus antecedentes.

A evolução urbanística posterior às propostas de De Gröer advinha-se com facilidade a partir dos elementos de cartografia geral da cidade, em especial se tivermos em linha de conta que há já algum tempo que a principal fatia do rendimento bruto da cidade são os negócios do imobiliário. As questões das acessibilidades, acentuadas pela caprichosa topografia, geraram uma dinâmica de circulares e de novas zonas periféricas desenvolvidas a partir de antigos núcleos rurais, cujo crescimento assim se incrementou e que gradualmente se vão integrando no contínuo edificado, mas nem sempre urbano. Entretanto e de uma maneira geral, o centro antigo — a Alta e a Baixa — e as primeiras manchas oitocentistas entraram em crise. Nessa dinâmica, mais uma vez a Universidade assumiu um papel de destaque, criando dois novos pólos diametralmente opostos e dispostos na periferia e descurando, de forma apreciável, mas com responsabilidades diversas, as suas estruturas fundacionais (ou naturais), a Alta e a Sofia.

Inevitavelmente, os sucessos e insucessos do planeamento de Coimbra na segunda metade do século passado podem-se explicar pela forma mais ou menos correcta ou natural com que as propostas interpretaram e (se) integraram (n) o território, seja ele edificado ou não. Como para qualquer cidade, em Coimbra não há novos territórios, mas apenas uma permanente sucessão de oportunidades. A história da cidade enquanto história do território humanizado e edificado deve ajudar a interpretação que é necessário integrar nas decisões de projecto e, no que diz respeito à Arquitectura, de desenho.

Como para qualquer cidade,
em Coimbra não há novos territórios,
mas apenas uma permanente sucessão de oportunidades.